

José Carlos de Magalhães

DIREITO ECONÔMICO INTERNACIONAL

Tendências e Perspectivas

**2ª Edição
Revista e Atualizada**

Curitiba
Juruá Editora
2017

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

ISBN: 978-85-362-6674-9

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Magalhães, José Carlos de.
M188 Direito econômico internacional./ José Carlos de Magalhães
2ª edição./ Curitiba: Juruá, 2017.
486 p.

1. Direito econômico internacional. I. Título.

CDD 343.07 (22.ed)
CDU 341.01

0025

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	13
INTRODUÇÃO	15

Parte I TENDÊNCIAS GERAIS

Capítulo 1	
O DIREITO COMO PROCESSO DE DECISÃO POLÍTICA	23

Capítulo 2	
A HUMANIDADE NO DIREITO INTERNACIONAL	35

2.1	Considerações Gerais.....	35
2.2	A Humanidade no Direito do Mar.....	37
2.3	A Humanidade no Tratado que Regula a Exploração do Espaço Cósmico.....	41
2.4	A Humanidade na Convenção sobre Genocídio.....	42
2.5	A Humanidade como Titular dos Bens Comuns.....	44
2.6	A Humanidade e os Direitos Humanos.....	52

Parte II TENDÊNCIAS DO PROCESSO ECONÔMICO INTERNACIONAL

Capítulo 3	
A REGULAMENTAÇÃO DO PÓS-GUERRA	63

3.1	Considerações Gerais.....	63
3.2	A Liberdade do Comércio e o Colonialismo.....	64
3.3	Os Acordos de Bretton Woods.....	70
3.4	O Fundo Monetário Internacional.....	71
3.5	O Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.....	72
3.6	Estrutura e Processo de Decisão.....	73
3.7	O Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT).....	74
3.8	Modificações no Acordo Geral: o Reconhecimento da Desigualdade Econômica.....	76
3.9	O Acordo Geral e os Países em Desenvolvimento.....	78

Capítulo 4**O MOVIMENTO PARA A INSTAURAÇÃO DE UMA NOVA**

ORDEM INTERNACIONAL	83
4.1 Considerações Gerais	83
4.2 Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCD).....	86
4.3 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)	92
4.4 Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUJI)	93
4.5 Resoluções Relevantes	94
4.6 Declaração Relativa à Instauração de Uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI).....	95
4.7 Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados	99
4.8 A Resolução Relativa à Soberania Permanente Sobre os Recursos Naturais	104
4.9 Outras Resoluções	108

Capítulo 5

A NOVA ORDEM ECONÔMICA REALIZADA	109
5.1 Considerações Gerais	109
5.2 A Rodada Uruguai e a Criação da Organização Mundial do Comércio	112
5.3 A OMC e o Processo de Integração Econômica	114
5.4 O Órgão de Solução de Controvérsia	118
5.5 Os Grupos Informais de Estados: o G 7, o G 20 e o BRICS.....	119
5.5.1 O Grupo dos 7.....	119
5.5.2 O Grupo dos 20.....	120
5.5.3 BRICS	122

PARTE III
A ATUAÇÃO DO ESTADO

Capítulo 6

A ATUAÇÃO UNILATERAL DOS ESTADOS	127
6.1 Considerações Gerais	127
6.2 A Rescisão Unilateral de Contratos de Exploração de Recursos Naturais e a Expropriação de Bens de Estrangeiros	128
6.3 A Proteção Diplomática	130
6.4 A Doutrina Calvo	131
6.5 O Caso Barcelona Traction	138
6.6 A Doutrina Calvo e os Direitos Humanos	139

Capítulo 7

A AÇÃO COERCITIVA UNILATERAL.....	141
7.1 Considerações Gerais.....	141
7.2 O Bloqueio da Venezuela de 1902 e suas Repercussões.....	142
7.3 A Doutrina Drago.....	146
7.4 A Opinião de Rui Barbosa.....	149

Capítulo 8

A CRISE DA DÍVIDA EXTERNA DOS ANOS 1970/1980.....	155
8.1 Considerações Gerais.....	155
8.2 Origem e Desenvolvimento.....	155
8.3 Repercussão da Dívida Externa nas Relações Econômicas Internacionais.....	160
8.4 O Agravamento da Situação dos Devedores.....	164
8.5 A Mudança de Circunstância e Rigor Excessivo (<i>Hardship</i>).....	167
8.6 Soluções de Confronto Litigioso.....	169
8.7 A Constituição de Comissões de Arbitragem Mistas.....	170
8.8 Solução Judicial.....	172
8.9 Soluções de Mercado.....	175
8.10 Conversão da Dívida em Investimento.....	176
8.11 Compra, pelo Devedor, de Seus Próprios Títulos.....	179
8.12 Resgate de Débitos com Recursos de Novos Empréstimos a Juros Abaixo das Taxas de Mercado.....	181
8.13 Soluções Políticas.....	181
8.14 Planos Governamentais.....	182
8.15 Criação de Agência Internacional.....	184
8.16 A Dívida Externa e a Nova Ordem Econômica Internacional.....	188

Capítulo 9

A RUPTURA DE CONTRATOS E A EXPROPRIAÇÃO DE BENS DE ESTRANGEIROS.....	191
9.1 Considerações Gerais.....	191
9.2 As Controvérsias Sobre a Expropriação de Bens de Estrangeiros.....	193
9.3 A Questão da Legalidade das Expropriações no Direito Internacional.....	194
9.4 A Ruptura de Contratos Bilaterais Mediante Atos de Expropriação.....	200
9.5 A Adaptação dos Contratos de Concessão à Mudança de Circunstâncias.....	203
9.6 Inovações Consequentes ao Fim da Guerra Fria.....	209
9.7 Acordos Bilaterais de Promoção e Proteção de Investimentos.....	210

PARTE IV

A ATUAÇÃO DOS AGENTES PRIVADOS

Capítulo 10

EMPRESA MULTINACIONAL: DESCRIÇÃO ANALÍTICA DE UM FENÔMENO CONTEMPORÂNEO

10.1	Considerações Gerais	223
10.2	Conceituações Formais	227
10.3	Conceituação Jurídica	234
10.4	Descrição Analítica	237
10.5	Participantes	238
10.6	Objetivos	245
10.7	Estratégia	248
10.8	Áreas de Atuação	251
10.9	Base do Poder	253
10.10	Resultados e Efeitos	256
10.11	Transferência de Tecnologia	256
10.12	Balço de Pagamentos	258
10.13	Controle da Economia	260
10.14	Dependência Tecnológica e Distorção da Economia	264
10.15	Conclusões	265

Capítulo 11

A NACIONALIDADE DA PESSOA JURÍDICA E A EMPRESA MULTINACIONAL

11.1	Considerações Gerais	267
11.2	Pretensões Relativas à Nacionalidade da Pessoa Jurídica	269
11.3	A Identificação da Pessoa Jurídica com seus Membros: a Desconsideração da Pessoa Jurídica	272
11.4	Prática Brasileira	274
11.5	Controle das Atividades Consideradas Essenciais	275
11.6	Proteção diplomática	278
11.7	Prática Interna dos Estados	278
11.8	Prática Internacional	280
11.9	Fraude à Lei e Aplicação da Teoria da Empresa	286
11.10	Projeção da prática atual	289
11.11	Conclusão	291

Capítulo 12

O CONTROLE PELO ESTADO DA ATIVIDADE INTERNACIONAL DAS EMPRESAS PRIVADAS

12.1	Pretensões e Conflitos de Interesses	295

12.2	Pretensão de Regular a Atividade Internacional dos Complexos Empresariais como Unidade Jurídico-Econômica	296
12.3	Pretensão de Controle das Exportações de Investimentos	300
12.4	Pretensão de Retorno de Lucros	302
12.5	Pretensão de Controle do Ingresso de Investimentos Estrangeiros	304
12.6	Pretensão de Desenvolvimento	310
12.7	Pretensão de Desenvolvimento e o Novo Direito	312

Capítulo 13

CONTRATOS INTERNACIONAIS	317	
13.1	Considerações Gerais	317
13.2	A Noção do Contrato Internacional	319
13.3	A Problemática da Lei Aplicável	321
13.4	A Formação do Contrato	322
13.5	Principais Espécies de Contratos Internacionais	330
13.6	Os Contratos de Compra e Venda	330
13.7	Os Contratos de Prestação de Serviços	330
13.8	Os Contratos de Produção	331
13.9	Os Contratos de Fornecimento	331
13.10	Características Comuns aos Contratos de Produção e de Fornecimento ...	332
13.11	Lei Aplicável aos Contratos	334
13.12	A Unicidade do Contrato e a Diversidade de Leis Aplicáveis	337
13.13	Cláusulas de Natureza Processual	339
13.14	A <i>Lex Mercatoria</i> – Desenvolvimento Doutrinário e Objeções	340
13.15	Cláusulas Comuns aos Contratos Internacionais	345

Capítulo 14

CONTRATOS COM O ESTADO	353	
14.1	Considerações Gerais	353
14.2	O Estado-Empresário e Assistencial	355
14.3	As Empresas Multinacionais	357
14.4	A Função do Contrato entre Estado e Empresa Privada Estrangeira	359
14.5	A Polêmica sobre a Internacionalização do Contrato com Estado	360
14.6	A Nova Alteração do Quadro Internacional	362
14.7	A Modificação no Plano Interno	363
14.8	Novas Tendências do Contrato com o Estado	366
14.9	A Cláusula de Arbitragem nos Contratos com o Estado	368
14.10	Exemplo de Associação Contratual entre Estado e Empresa Privada Estrangeira: o Caso Fiat	373

Capítulo 15

OS CONTRATOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS	375
15.1 Considerações Gerais	375
15.2 A Disciplina Contratual do Euro Mercado	376
15.3 Cláusulas Usuais dos Contratos de Mútuo Bancário	379
15.4 A Proteção Contratual dos Credores	388
15.5 A Renúncia à Imunidade de Jurisdição	389
15.6 O Banco Central do Brasil como Administrador das Reservas Monetárias do País	392
15.7 O Caso <i>Allied Bank</i>	398
15.8 A Questão da Imunidade de Execução	403
15.9 A Renúncia à Imunidade de Jurisdição e de Execução pelo Banco Central do Brasil	408

Capítulo 16

A ARBITRAGEM, O CONTRATO E A GLOBALIZAÇÃO	413
16.1 Introdução	413
16.2 A Relevância dos Contratos	415
16.3 O Contrato e a Convenção de Nova Iorque de 1958	419
16.4 A Padronização dos Contratos	421
16.5 Os Contratos e a Globalização da Economia	423
16.6 Conclusões	424

Capítulo 17

A ATUAÇÃO DOS AGENTES PRIVADOS NO DIREITO DO MAR	427
17.1 Introdução	427
17.2 Os Navios Naufragados na Costa Brasileira	428
17.3 Os Bens da União na Constituição Brasileira	428
17.4 Os Bens Públicos	431
17.5 Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar	432
17.6 O Mar Territorial	432
17.7 A Zona Contígua	434
17.8 A Zona Económica Exclusiva	436
17.9 A Plataforma Continental	436
17.10 Soberania e Jurisdição Internacional do Estado	437
17.11 Soberania, Jurisdição e Direito de Propriedade	442
17.12 A Propriedade de Achados, Segundo o Código Civil Brasileiro	443
17.13 A Lei 7.542, de 26.09.1986	445
17.14 A Recuperação de Bens Afundados	448

REFERÊNCIAS	449
--------------------------	------------

ÍNDICE ALFABÉTICO	465
--------------------------------	------------